



Junta de Freguesia da Ajuda
Gabinete de Apoio à Presidência

RELATÓRIO DO CUMPRIMENTO DO
ESTATUTO DO DIREITO À OPOSIÇÃO

RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REFERENTE AO
PERÍODO DE 3 de novembro de 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 AO
ABRIGO DA LEI Nº24/98, DE 26 DE MAIO

Índice

1. Introdução.....	3
2. Titularidade do Estatuto de Oposição	3
3. Direito à Informação.....	4
4. Direito de consulta prévia	5
5. Direito de Participação	5
6. Garantias de liberdade e independência dos meios de comunicação social	6

1. Introdução

A Lei nº24/98 de 26 de Maio, aprovou o Estatuto da Oposição, baseando-se no princípio constitucional do direito de oposição democrática, prevista no artigo 114º da Constituição da República Portuguesa, pretendendo assim assegurar o funcionamento democrático dos órgãos eleitos, garantido às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais, nos termos da lei.

A Lei nº24/98 de 26 de Maio, identifica os titulares das liberdades e garantias e define essas liberdades e garantias no decorrer do exercício democrático das autarquias locais, nomeadamente o Direito à Informação, o Direito de Consulta Prévia, o Direito à Participação, o Direito de Participação Legislativa, o Direito de Depor, a Garantia de Liberdade e Independência dos Meios de Comunicação social, e a realização de Relatórios de Avaliação.

2. Titularidade do Estatuto de Oposição

De acordo com o nº 1 do artigo 3º da Lei nº 24/98, de 26 de maio, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados na Assembleia da República e que não façam parte do Governo, bem como os partidos políticos representados nas assembleias legislativas regionais e nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo. São ainda titulares deste direito, conforme os nºs 2 e 3 do citado artigo, aqueles que, estando representados no executivo da Junta, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, bem como os grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico.

Assim da aplicação do disposto no citado artigo 3º da Lei 24/98, de 26 de maio, resulta que, no mandato atual (2025-2029), na Freguesia da Ajuda, uma vez que o Partido Socialista é a única força política representada no Executivo, são titulares do direito de oposição os seguintes partidos e/ou forças políticas:

-CDS-PP

- PPD-PSD

- CHEGA

- PCP

De acordo com o artigo número 1 da Lei nº24/98, de 26 de maio, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, até final do mês de março do ano subsequente àquele a que se referam, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei.

Este documento, de acordo com o artigo número 1 da Lei nº24/98, de 26 de maio, constitui o Relatório de Avaliação, do período de 3 de novembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, de observância pelos direitos e garantias constantes na presente lei a quem o titular da mesma consagra.

3. Direito à Informação

O artigo 4 da Lei nº24/98, de 26 de maio, salvaguarda aos titulares do direito de oposição o direito a serem informados de forma regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade.

Cumprido o referido disposto, os titulares do direito à oposição foram regularmente informados pelos Órgão Executivo da Junta de Freguesia da Ajuda dos assuntos de interesse público, assim como respondeu e prestou todas as informações sobre as matérias que os titulares do direito à oposição consideraram de interesse público.

Prestaram também os titulares do Órgão Executivo da Junta de Freguesia da Ajuda, em sede de Assembleia de Freguesia, as seguintes informações:

- Autorização de celebração de protocolos com entidades:

Associação Academia de Jovens do Casalinho da Ajuda – Proposta JF n.º 76/2025

ANIMALIFE – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental – Proposta JF n.º 77/2025

Academia Recreativa da Ajuda – Proposta JF n.º 78/2025

Associação Animais de Rua (apoio financeiro para esterilização e proteção de animais em risco) – Proposta JF n.º 79/2025

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ajuda – Cruz Verde – Proposta JF n.º 80/2025

Instituto de Agronomia de Lisboa – Proposta JF n.º 81/2025

ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – Proposta JF n.º 82/2025

Liga Portuguesa dos Direitos do Animal (assistência veterinária) – Proposta JF n.º 83/2025

AMETA – Associação de medicinas tradicionais e alternativas – Proposta JF n.º 84/2025

- Mapa de Pessoal 2026

- Documentos Provisionais para 2026

- Prestação de Contas referentes a 2025

- Alteração à Tabela Geral de Taxas - Proposta JF 86/2025

- Normas de Controlo Interno - Proposta JF 85/2025

Prestaram também os titulares do Órgão Executivo da Junta de Freguesia da Ajuda, em Assembleia de Freguesia, informações sobre os assuntos que as forças políticas e população colocaram no ponto: “Assuntos de Interesse da Freguesia”.


4. Direito de consulta prévia

No período que o presente relatório incide, da instalação dos órgãos autárquicos (3 de novembro a 31 de dezembro de 2025, no cumprimento do nº3 do artigo 5º do Estatuto da Oposição, o Executivo da Junta de Freguesia reuniu com a totalidade dos partidos titulares da referida lei, ouvindo as suas propostas das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026.

5. Direito de Participação

No cumprimento do artigo nº6 do Estatuto da Oposição, os partidos políticos da oposição têm o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem.

Nesse sentido, foi facultado com a antecedência legal prevista na lei as ordens de trabalho do órgão Deliberativo desta Freguesia, bem como os documentos necessários à tomada de decisão.



Também a Junta de Freguesia da Ajuda, mantém atualizado os mecanismos de informação permanente sobre a atividade da Freguesia onde se inclui a página de internet, página de Facebook, em suporte físico nas vitrines da sede da Junta de Freguesia da Ajuda, nas instalações da Casa da Cultura e Bem Estar, no Mercado d`Ajuda, no Casalinho da Ajuda, Aliança Operária e junto dos estabelecimentos comerciais, garantido assim, que os titulares do referido estatuto assim como qualquer cidadão, possam sempre que entenda de participar nas iniciativas desta Freguesia.

6. Garantias de liberdade e independência dos meios de comunicação social

À data de início do presente relatório, a Junta de Freguesia da Ajuda não dispões de órgãos de comunicação social tradicionais, como rádios, boletins informativos ou revistas.

A comunicação institucional é assegurada através de meios digitais, nomeadamente redes sociais e página oficial na internet, sendo estes utilizados de forma predominantemente informativa.

Considerando-se que estão asseguradas as garantias de liberdade e independência dos meios de comunicação social, bem como o respeito pelo princípio do equilíbrio informativo.